

A DESTRUIÇÃO DA FIGURA DESPÓTICA PELO RISO EM MEMORIAL DO CONVENTO

Luciana Brito

Fernando da Silva Negreiros

A figura do rei, durante séculos, foi a figura do bom patriarca que deveria liderar um povo com sua sapiência e força. Todavia, com a ascensão da burguesia e de governos democráticos, a autoridade do rei foi se enfraquecendo até desaparecer, ou se reduzir a um poder simbólico, como acontece em vários países da Europa.

Por causa da perda de poder e de importância na sociedade, a figura do rei é um alvo perfeito para um processo de carnavalização e destronamento. Com o advento cada vez maior dos ideais republicanos, a existência de um rei vai se tornando absurda e sem sentido, assim o próprio contexto exige o destronamento. Bakhtin (2013) diz que carnavalização é um processo, pelo qual algo elevado é rebaixado e humilhado até ficar no nível comum das coisas.

No romance histórico *Memorial do Convento*, é desenvolvido o processo de carnavalização do rei Dom João V, que prometeu levantar um convento franciscano na cidade de Mafra, caso a rainha Dona Maria Ana desse sucessores. Sucessores, o rei teve, e o convento mandou erigir. Para tanto o rei retira o povo de seus ofícios, dos quais o povo retirava o sustento de si próprio e do país, e o emprega na construção do convento. Entre os trabalhadores estava Baltazar Sete-Sóis, um ex-soldado que perdeu a mão esquerdana guerra da sucessão espanhola, e agora estava comprometido no estafante trabalho do convento. Ele se casou com Blimunda, uma mulher de personalidade forte que tinha o dom misterioso de enxergar a essência de todas as coisas. Conforme a narrativa se desenvolve em torno do convento, o rei passa a tomar decisões cada vez mais despóticas e a sacrificar o reino em torno de interesses mesquinhos.

Apesar de toda essa atmosfera de sofrimento que envolve o livro, Saramago se apropria do riso como a pedra fundamental na desconstrução da figura do rei. Ele é sempre colocado em situações que transparecem o seu caráter carnal e humano:

Enfim, el-rei abriu os olhos, escapou, não foi desta, mas fica com as pernas frouxas, as mãos trêmulas, o rosto pálido, nem parece aquele galante homem que derruba freiras com um gesto, e quem diz freiras diz as que o não são, ainda o ano passado teve uma francesa um filho da sua lavra, se agora o vissem as amantes reclusas e libertas não reconheceriam neste murcho e apagado homenzinho o real e infatigável cobridor. (Saramago, 2012, p. 110)

Não existe nada mais humano do que ficar doente, fazer sexo e procriar. Todavia, o rei governava por direito divino, sendo quase um semideus de perfeição, ao menos nas aparências. Por serem conflitantes, essas duas imagens são risíveis, pois o rei que está no alto é colocado no plano material e corporal, e isso está completamente errado. Dessa maneira, o riso surge como uma ferramenta de expurgação e correção das coisas erradas que existem no mundo. Os buracos por

onde o rei defeca, urina, come e faz sexo, antes escondidos pela áurea épica de perfeição, agora são revelados e ganham destaque, para que haja o rebaixamento do monarca.

Lukács (2012) diz que o gênero épico é fechado, perfeito e com respostas para todas as perguntas, enquanto o gênero romance faz o caminho inverso, abrindo o mundo para infinitos questionamentos e sempre o envolvendo num processo de construção, destruição e reconstrução. O mundo sempre está incompleto. Mais do que simplesmente destruir o caráter épico que envolve o rei, uma série de situações faz com que se questione a legitimidade de seu governo. O fato de o rei ser mostrado como uma figura contraditória é engraçado por si só. Segundo Pirandello (1996, p. 169), “O humorismo consiste no sentimento do contrário, provocado pela especial atividade da reflexão”. No trecho citado acima, são mostradas todas as coisas que o rei não deveria fazer, incompatíveis com seu posto. Em todo o livro, características elevadas e rebaixadas, como a fertilidade e a impotência sexual, o divino e o humano, são postas lado a lado e criam um ótimo efeito humorístico.

A contradição da figura de Dom João V é desenvolvida por Saramago ao contrabalancear no personagem uma face do rei politicamente correto, bom católico e bom soberano, e outra do homem prepotente e sonhador, que se relaciona com as freiras às escondidas e trata mal a esposa. Em essência, ele tem todos os defeitos que um rei não deveria ter, enquanto, nas aparências, estrela um excelente espetáculo para o povo, inaugurando o convento, participando de festividades, sendo presença certa nos rituais católicos e distribuindo dinheiro. Minois (2003) diz que os políticos contemporâneos interpretam uma comédia para os seus eleitores, sendo divertidos, fazendo discursos engraçados, satirizando seus concorrentes, se fingindo de membros do povo, etc. Dom João V, por sua vez, representava o gênero trágico, encenando ser um comandante sério, piedoso, justo e católico para as massas. Apenas suas atitudes extraoficiais eram cômicas, pelo fato de o povo não saber das proezas secretas do rei. Seja o gênero dramático dos governantes a comédia ou a tragédia, o povo, ao longo dos tempos, sempre quis ver um bom espetáculo.

O show de Dom João V tem um *script* a ser seguido, pois, por trás de todo grande déspota, existe um discurso despótico. Ao longo da história o discurso dos comandantes autoritários se repete, sem nem mesmo mudar os argumentos. Vejamos uma fala do rei a título de exemplificação:

Ordeno que a todos os corregedores do reino se mande que reúnam e enviem para Maфра quantos operários se encontrarem nas suas jurisdições, sejam eles carpinteiros, pedreiros ou braçais, retirando-os, ainda que por violência, dos seus mesteres, e que sob nenhum pretexto os deixem ficar, não lhes valendo considerações de família, dependência ou anterior obrigação, porque nada está acima da vontade real, salvo a vontade divina, e a esta ninguém poderá invocar, que o fará em vão, porque precisamente para serviço dela se ordena esta providência, tenho dito. (Saramago, 2012, p. 282)

Marcado pelo autoritarismo, seu pronunciamento ignora qualquer noção moral, ética ou de bem comum, pois “nada está acima da vontade real”. Esse tipo de situação era comum no século

XVIII, porque os governos eram absolutistas, sendo centradas no rei as funções de fazer justiça, governar, legislar e cuidar dos assuntos religiosos. Estado e religião se confundiam pela razão de o rei ser considerado o representante divino entre os homens e, por isso, todas as suas ordens serem acatadas. Inclusive a construção do convento é justificada, por ser supostamente proveniente da vontade divina. Assim, a Igreja Católica, em troca de dinheiro e *status*, usava Deus para justificar todas as atitudes do rei por mais absurdas que fossem.

A reprovação do narrador fica evidente contra esse tipo de postura, então ele se utiliza da ironia para desconstruir o discurso do rei. Segundo Muecke (1995), a ironia é um discurso em que a pessoa nega para afirmar algo ou afirma para negar. No trecho anterior, algumas palavras como “todos”, “nenhum”, “nada”, “em vão”, “retirando”, “violência”, “obrigação” e “precisamente” têm a função de exagerar o caráter autoritário dessas ordens, lhes tornando grotescas e lhes destronando num processo de carnavalização. Essas palavras sinalizam para o leitor que a verdade está invertida. Apesar de o rei não desejar revelar as reais intenções, de suas ordens, porém a própria fala dele funciona como uma contra-argumentação eficiente a ele, passando as reais intenções de seu discurso. É o que Muecke (1995) classifica como ironia autotraidora.

Exagerado e destronado, o discurso se torna bivocal com o narrador, que se utiliza da voz do rei para afirmar, negando suas atitudes. A fala contém a própria argumentação que a desconstrói; quando Dom João V ordena que se use da violência e não se respeite a família e diz que a motivação das obras do convento é divina, o autor declara o contrário, que a violência é absurda e desnecessária, a família deve ser respeitada e a construção do convento possui motivações mesquinhas.

Bakhtin, no livro *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*, diz que o grotesco na Idade Média exagerava e deformava os defeitos de alguém ou de algo no sentido de oferecer uma nova visão sobre aquilo, de forma a fortalecer e renovar aquele objeto e o mundo que o cerca. Saramago, durante toda a narrativa, também se serve da estética grotesca, porém completamente desprovida do caráter renovador; a intenção não é afirmar o poder do rei, mas questionar e fazer uma destruição total dessa figura e do que ela representa. Não há espaço para o riso alegre que renova o mundo, nem para a sátira, porque todo satirista precisa, obrigatoriamente, negar uma coisa para afirmar outra. Apesar de o livro possuir críticas ácidas à figura despótica e uma argumentação contundente, ele nada opõe comparativamente ao rei.

A falta de solução para esses problemas mostra o caráter humorístico da narrativa. Como dito anteriormente, o humor acontece quando se constata a contradição, e o desenvolvimento narrativo de *Memorial do Convento* nada mais é que uma sucessão de atitudes incompatíveis do rei, da Igreja, da elite e até mesmo da vida miserável e injusta do povo. Essa série de opostos leva à construção de um mundo completamente absurdo, do qual nunca se tem certeza de nada. Esse riso triste de impotência frente ao movimento da vida é a essência do humor no romance de Saramago.

Além do humor, outro tipo de riso dominante na narrativa que podemos ver no parágrafo anteriormente citado é a ironia. A arma do riso amargo destrói o mundo e as ideias que

o regem, todavia sem propor uma solução para os problemas denunciados, despreocupada em reconstruir o que foi destruído. Isso porque o ironista em nada crê, não se compromete e tudo trai.

Nenhuma solução é apontada para as diversas injustiças apresentadas na obra, por simplesmente não haver solução para elas; não há lógica em se reconstruir algo quando não se acredita no novo objeto construído. Mesmo abertamente se dizendo comunista, o autor não propõe uma forma de governo melhor em relação ao absolutismo, por ao mesmo tempo ser pessimista e acreditar que nada pode melhorar o mundo. Só resta mostrar suas contradições e tragédias para delas rir.

A literatura contemporânea tem como característica os finais infelizes, porque o vilão e as más ações não são punidos, uma vez que os conceitos de felicidade e virtude em que se baseavam as narrativas anteriores vêm sendo destruídos. O último parágrafo do livro corrobora essa linha de raciocínio:

São onze os supliciados. A queima já vai adiantada, os rostos mal se distinguem. Naquele extremo arde um homem a quem falta a mão esquerda. Talvez por ter a barba enegrecida, prodígio cosmético da fuligem, parece mais novo. E uma nuvem fechada está no centro do seu corpo. Então Blimunda disse, Vem. Desprendeu-se a vontade de Baltazar Sete-Sóis, mas não subiu para as estrelas, se à terra pertencia e a Blimunda. (Saramago, 2012, p.347)

O fogo, que simboliza a renovação da natureza, nesse trecho está completamente desprovido de sua força renovadora, mantendo somente seu significado de morte. Tal elemento deveria fazer a permutação entre o alto e o baixo, mas, como o parágrafo mostra, ali não existe céu nem inferno, superior nem inferior. Baltazar e todas as pessoas pertencem à terra, mas apenas no sentido de superfície terrestre. Portanto, podemos depreender do texto que só existe o aqui e o agora; a vida e a morte. Não existe esperança de dias melhores para o povo. O próprio fato de o personagem ser morto por sua criação é muito significativo. Assim como Baltazar e sua passarola, o povo construiu o convento a custo de muitas mortes, ambas as situações financiadas pelo rei. O povo, que trabalha muito para construir o convento, só ganha à morte, enquanto ao rei, o grande vilão da história, nada acontece. O texto possui inúmeras passagens irônicas, porém esse fato é o que transforma ele todo numa grande ironia: o criador é morto por sua invenção, enquanto um aproveitador, que não cria coisa alguma, pode usufruir dela. Saramago é um escritor irônico por excelência, a exemplo de outras obras suas, como *O evangelho segundo Jesus Cristo*, *Ensaio sobre a cegueira* e *As intermitências da morte*, e *Memorial do Convento* não foge disso.

Enquanto o povo morre de trabalhar, literalmente, nada de ruim sofre o rei, que é inatingível. A figura do déspota é destruída aos poucos durante a narrativa, mas o déspota em si é indestrutível. Durante a narrativa, o rei sacrifica o povo português na construção do Palácio de Mafra, todavia ele não sofre nenhuma punição por assim proceder.

O governante autoritário é absoluto, não existe alguém para questioná-lo. Minois (2003) diz que na Idade Média os bobos da corte eram populares por divertirem os reis e os

nobres, mas também faziam críticas, por meio do riso, à sociedade e ao próprio monarca. O bobo, por ser tachado de louco, não era levado a sério e nem era punido, porém suas críticas davam ao rei uma visão diferenciada do reino e de si próprio, não o deixando se afastar da realidade, de forma a poder governar com mais sabedoria. Dom João V não tinha opositores, nem bobos da corte ou qualquer outro tipo de contrapoder, portanto ficava completamente desligado da realidade, tomando decisões absurdas.

No dia seguinte, D. João V mandou chamar o arquiteto de Mafra, um tal João Frederico Ludovice que é alemão escrito à portuguesa, e disse-lhe sem outros rodeios, É minha vontade que seja construída na corte uma igreja como a de S. Pedro de Roma, e, tendo assim dito, olhou severamente o artista. Ora, a um rei nunca se diz não, e este Ludovice, que enquanto viveu na Itália se chamou Ludovisi, assim já por duas vezes abandonando o nome familiar de Ludwig, sabe que na vida, para ser bem-sucedida, haverá de ser conciliadora, sobretudo por quem a viva entre os degraus do altar e os degraus do trono. Porém, há limites, este rei não sabe o que pede é tolo, é néscio, se julga que a simples vontade, mesmo real, faz nascer um Bramante, um Rafael [...] (Saramago, 2012, p. 270)

[...] Saiba vossa majestade que, haver, havemos cada vez menos, e dever, devemos cada vez mais, Já o mês passado me disseste o mesmo, E também o outro mês, e o ano que lá vai, por este andar acabamos vendo o fundo do saco, majestade, Está longe daqui o fundo dos nossos sacos, um no Brasil, outro na Índia, quando se esgotarem vamos sabe-lo com tão grande atraso que poderemos então dizer, afinal estávamos pobres e não sabíamos, Se vossa majestade me perdoa o atrevimento, eu ousaria dizer que estamos pobres e sabemos, Mas, graças sejam dadas a Deus, o dinheiro não tem faltado, Pois não, e a minha experiência contabilística lembra-me todos os dias que o pior pobre é aquele a quem o dinheiro não falta, isso se passa em Portugal, que é um saco sem fundo, entra-lhe o dinheiro pela boca e sai-lhe pelo cu, com perdão de vossa majestade,... (Saramago, 2012, p. 274).

Como se pode perceber no trecho, o rei era inquestionável, mesmo fazendo pedidos absurdos, mas isso não impedia que alguns personagens procurassem conscientizá-lo. O arquiteto Ludovice e o guarda-livros tentam reconduzi-lo à realidade, dizendo ser impossível construir uma basílica igual a São Pedro de Roma e continuar a gastança no reino da maneira como estava. O rei ignorava qualquer advertência ou aviso e sua vontade sempre deveria ser acatada, nem que para isso fosse preciso dobrar o salário do guarda-livros ou ampliar o convento e torná-lo uma construção monumental.

A fim de não atrapalhar seus planos, o rei finge ser ignorante quanto à situação econômica do reino, repetindo a famosa expressão “estava pobre e não sabia”. O prudente e espirituoso guarda-livros parodia o dito popular utilizado para desconstruir sua declaração, dizendo que o monarca “está pobre e sabe”. Essa simples inversão do ditado deixa a fala do rei cômica, rebaixando-a e invalidando-a. Reticamente derrotado e sem mais argumentos a dar, Dom João V dobra o salário do guarda-livros, vencendo a discussão, e sua vontade prevalece de qualquer maneira. Ludovice, que o considera louco por pedir algo tão absurdo, consegue fazê-lo desistir de construir São Pedro de Lisboa.

A ideia de construir a igreja de São Pedro de Lisboa representa o quanto o rei está fora da realidade. A exemplo de Dom Quixote, o rei distorce a verdadeira situação até que se torne grotesca, ao projetar as próprias ilusões. Entre outros motivos, o que faz a narrativa engraçada é o conflito existente entre sonho e realidade. O rei deseja ser eternamente lembrado como o rei que mandou construir o Convento de Mafra, mas uma construção tão grandiosa está fora das possibilidades de Portugal. Dom Quixote deseja ser lembrado pelas façanhas de seu “braço forte” e pelas donzelas que defendia. Todavia, ser um cavaleiro andante faz parte do contexto da Idade Média, e não da Moderna. Todo o tempo se é mostrado ao rei que os rumos dados à administração de Portugal estão errados, mas, conforme as citações anteriores, ele insiste em distorcer a realidade para satisfazer o seu ego megalomaniaco.

Conforme Bakhtin (2013), o grotesco na Idade Média exagerava tudo o que era bom com o objetivo de enaltecer esses valores. O grotesco na contemporaneidade, inversamente, exagera tudo o que existe de ruim em nossa sociedade, com a finalidade de expurgar esses males. Em *Dom Quixote*, essa estética ainda está impregnada de seu aspecto renovador, pois, mesmo com a realidade vencendo no final, a loucura é vista como algo bom, que renova o universo à sua volta e o transforma em um lugar melhor, unindo casais apaixonados, libertando os presos das galés, ajudando o rapaz que estava apanhando de seu senhor e entre outras coisas.

Mas todas essas melhorias só acontecem porque Dom Quixote, em essência, é um sujeito bom. Ninguém encara os gigantes (moinhos de vento) com tamanha coragem, ninguém tem tanta sede de justiça quanto ele, ninguém tem mais honestidade e sinceridade no que diz, ninguém é tão prestativo a ajudar o próximo e ninguém é tão persistente em seus objetivos, mesmo com o imaginário Mago Freston atrapalhando-o. Como seria bom se o mundo fosse igual à imaginação de Dom Quixote. Seu poder renovador é tão forte porque ele é um sujeito bom em essência. Por causa dessa alma boa, contrariamente a Dom João V, o engenhoso fidalgo consegue conquistar o amor e simpatia dos leitores.

Contrariamente a Dom Quixote, as loucuras e decisões autoritárias de Dom João V destroem o mundo a sua volta que, sem qualquer perspectiva de renascimento ou renovação, permanece destruído. As pessoas morreram para construir o convento, os gastos do rei tiveram sérios efeitos sobre a economia portuguesa, a filha é infeliz casando-se com o príncipe da Espanha e a rainha é tratada como uma produtora de sangue azul. Além disso, o rei é prepotente, luxurioso, malandro, enfim, ele é mostrado como um sujeito sem nenhum caráter. O pior de tudo é que a maioria dos governantes são parecidos com esse personagem. Não existe uma perspectiva de renovação, pelo motivo de que Portugal sofre até hoje com as más gestões dos reis de séculos atrás. Contemporaneamente, Portugal é visto como a periferia da Europa, sendo incluído no grupo de países chamados PIGS. Todo esse contexto de decadência sofrido pelo povo português parece um caminho sem volta. Como mostrado anteriormente, *Memorial do Convento* é uma narrativa ambientada num passado distante, sendo assim um romance histórico. Segundo Lukács (2011), o romance histórico, antes de tudo, dialoga com a história, de forma que ela seja a pré-história do presente, ou seja, a situação atual é uma construção proveniente do passado. Mas o estudioso diz que a construção de uma pré-história do presente só é possível se for feito um amplo retrato dos costumes e da cultura da época e se o autor entrar a fundo na essência de um tempo. A história

não pode ser utilizada como uma roupagem para a encenação de personagens e pensamentos que estão posicionados no período contemporâneo.

É nesses pressupostos que reside a força de *Memorial do Convento*. O destronamento do déspota só acontece de forma tão poderosa porque Saramago descreve com muitos detalhes elementos da cultura popular, como linguagem, roupas, costumes e maneira de pensar da época, que dão um aspecto de verdade à obra. Todo romance histórico precisa fazer o leitor acreditar que aquilo que ele está lendo esteja interligado à realidade de maneira íntima. Mas, ao mesmo tempo, é necessário abordar problemáticas relacionadas àquele contexto e ao nosso.

Ordoñez e Silva (1976, p. 43) dão a seguinte definição sobre os regimes absolutistas: “Chama-se de absolutismo o regime político implantado na maioria dos estados europeus, a partir do final do século XVI, marcado pela contração dos poderes executivo, legislativo e judiciário nas mãos do rei e de seus ministros”. Como mostrado na citação da página 282, o rei Dom João V, quando dá as ordens de ampliar o convento, se encaixa perfeitamente nesse conceito, pois todos os poderes estão submissos à sua vontade e à de seus ministros.

Essa definição de absolutismo se encaixa perfeitamente para explicar as formas de governo durante o século XX. Antes da Segunda Guerra Mundial, surgiu o fascismo e o nazismo e, no período posterior, houve ditaduras no ocidente e no oriente financiadas por Estados Unidos e União Soviética, respectivamente. Saramago viveu durante todos esses acontecimentos e, na época da Guerra Fria, trabalhou como jornalista, assim tendo informações privilegiadas do que acontecia na ditadura salazarista em Portugal e no restante do mundo.

Entendendo o romance histórico como a pré-história do presente, Saramago busca no século XVIII ideais parecidos ou iguais aos que regiam as ditaduras no ano de 1982, quando foi publicado *Memorial do Convento*. Todo o destronamento feito ao rei Dom João V por meio do riso atinge diretamente as ditaduras de seu tempo, porque todo o governo despótico busca se apoiar na Igreja, na burguesia, no poderio militar e econômico. O absolutismo se repete com novas roupagens e novos personagens, mas os efeitos são igualmente desastrosos.

Por isso, *Memorial do Convento* é uma crítica mordaz àqueles governantes que ainda exploram o povo e são autoritários. Atualmente, grande parte dos países do mundo é republicana e nunca se falou tanto em liberdade; ao mesmo tempo, esse conceito nunca foi tão utópico.

As mesmas mazelas de séculos atrás acontecem ainda hoje, pelo motivo de o despotismo, o autoritarismo, a fome, a miséria, as guerras, as epidemias e os genocídios não terem sido inventados no século XX. Quando Saramago retoma esses problemas em um passado distante, mostra como foram desenvolvidos ao longo do tempo, sem que até agora não se tenha dado uma solução para eles, nem parecer que um dia se vá resolver. A ironia e o humorismo do texto surgem pela falta de perspectiva de mudança não só na narrativa como no presente, com o qual ela dialoga. Ambos os conceitos estão presentes no texto, cada um à sua maneira, para mostrar quão absurdo é o mundo, as pessoas que o governam e o nada que essas pessoas fazem para melhorar a vida do povo, mesmo tendo meios para tanto.

As incongruências dos governos contemporâneos são denunciadas devido ao desenvolvimento da imprensa e dos meios de comunicação, isso resultou numa perda de privacidade quase total desde os governantes do mundo até as pessoas do povo. A perda de

privacidade mostra de forma muito intensa tanto suas boas quanto suas más ações. Os governantes, como todas as outras pessoas, estão bipartidos em bem e mal, e por isso é necessário que o político utilize algo para neutralizar seu lado ruim. A ferramenta utilizada para tanto é o riso, que, por meio do humor, de trocadilhos, paródias e carnavalizações, constroem uma imagem mais humana de si, lhe tornando falível e popular.

Igual aos políticos contemporâneos, a face não-cristã do personagem monarca é mostrada em seu pior aspecto, com o máximo de realismo do estilo saramaguiano, mas o riso, ao invés de neutralizá-la, é utilizado para exagerar os defeitos mostrados. Dom João V é transformado em um verdadeiro rei carnaval.

Conforme Bakhtin (2013), no período da Idade Média se escolhia alguém do povo, da parte mais baixa da pirâmide social, como servos e escravos, para ser o rei do carnaval. Essa pessoa dizia coisas engraçadas, animava a festança, dava ordens absurdas e passava a noite com as concubinas reais. Ele era um governante às avessas, que encarnava tudo que um soberano não deveria ser. No final, esse homem era destronado, humilhado e morto, para que o mundo do carnaval morresse junto com ele e a vida normal e a submissão ao verdadeiro rei fossem restauradas.

Ao visitar as freiras, querer construir a Igreja de São Pedro de Roma em Lisboa e não se importar com o fato de Portugal estar falindo por sua culpa, Dom João V é igual ao rei carnaval da Idade Média. Mas, na narrativa, ocorre o problema de o rei carnaval não morrer. A gestão carnavalesca e irresponsável do personagem não tem fim e a normalidade não é restaurada. Sem a morte da fantasia e, em seguida, a ressurreição e um renascimento melhor, o carnaval torna-se somente uma destruição infinita. Essa face grotesca do rei é excessivamente focada, enquanto a face do bom rei, se é que ela existe, é ignorada. Assim, existe um desequilíbrio total na figura do rei, pendendo para o aspecto negativo.

Mesmo fazendo uma releitura de uma história que se passa em um passado distante, *Memorial do Convento* consegue buscar um diálogo com temáticas muito atuais e pontuais. Essa análise sobre o rei Dom João V pode mostrar o riso como o grande elemento de coesão da obra, ajudando a construir sentido para a obra, fazendo a ponte entre o passado e o presente e principalmente destronando e questionando personagens e discursos antigos que ainda são a base de nossa sociedade. Essa importante obra coloca em xeque os mitos, mentiras e meias verdades de nosso mundo que há séculos são utilizados pelas elites para escravizar pessoas do povo, como Baltazar Sete-Sóis.

Se *Memorial do Convento* não oferece alento ou solução para os problemas enfrentados por nossa sociedade, ao menos desengana as pessoas de dias melhores ou de um mundo mais justo. O falecimento de tantos trabalhadores durante a construção do convento mostra que o destino do povo é sempre a morte, uma vez que, quando é muito explorado, alcança rapidamente a meta.

As pessoas podem tentar se evadir na loucura ou na ilusão como Dom Quixote para fugir da triste realidade, todavia, nos dias de hoje, o advento da informação e da perda de privacidade em todos os níveis sociais tornaram muito difícil cair no autoengano. Então só resta

fazer como Baltazar e todos os outros trabalhadores do convento, tentar lidar com as diferentes situações impostas pelas elites da melhor maneira possível, mas sem qualquer esperança.

Corroborando a ideia central de desesperança que o livro nos passa, para finalizar este artigo, vale citar a frase de José Saramago publicada no jornal *Expresso* em novembro de 1991: “Eu sou tão pessimista que acho que a humanidade não tem remédio. Vamos de desastre em desastre e não aprendemos com os erros. Para solucionar alguns dos problemas da humanidade, os meios existem e contudo não são utilizados”.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução: Yara Frateschi Vieira. 8ª edição. São Paulo: Hucitec, 2013.

LUKÁCS, György. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. 2ª Edição. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. Tradução: Maria Helena O. Ortiz Assumpção. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MUECKE, D.C. *Ironia e irônico*. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora Perspectiva. 1995.

ORDOÑEZ, Marlene; SILVA Antonio Luiz de Carvalho. *História geral: 8ª série*. São Paulo, IBEP, 1976.

PIRANDELLO, Luigi. *O humorismo*. Tradução: Dion Davi Macedo. São Paulo: Experimento, 1996.

SAAVEDRA, Miguel de Cervantes. *Dom Quixote de la Mancha*. Tradução: Viscondes de Castilho e Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SARAMAGO, José. *Memorial do convento*. 44ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

“As palavras do viajante”, *Expresso*, novembro de 1991. Disponível em: <<http://caderno.josesaramago.org/162549.html>>, acesso em 20/01/2014.

<<http://josesaramago.blogs.sapo.pt/95061.html>>, acesso em: 20/01/2014.

OBRAS CONSULTADAS

BERGSON, Henri. *O riso, ensaio sobre a significação do cômico*. Tradução: Nathanael C. Caixeiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

DA SILVA, Fernando Moreno. “As várias faces do riso”. In: *Revista travessias*, Cascavel, V. 4, N. 1, pp. 211-228, 2010.

PROPP, Vladímir. *Comichidade e riso*.; Tradução: Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Editora Ática, 1992.

WEINHARDT, Marilene. “Romance histórico: das origens escocesas ao Brasil finissecular”. In: WEINHARDT, Marilene (org.). *Ficção histórica: teoria e crítica*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

